

PROJETO DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA E DO BACHARELADO DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

ETAPA/FASE Nº: 11

PRODUTO 7 – EIXO 2

RELATÓRIO TÉCNICO METODOLÓGICO DO PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DO CORPO ADMINISTRATIVO

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº. 077/2010 e Termos Aditivos - SICONV nº 755158/2010

2012

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - Substituto

Rodolfo Péres Torelly

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Marcos Antônio Teixeira

Coordenação-Geral de Qualificação - CGQUA**Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP**

Mariângela Barbosa Rodrigues

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 2031-6264
Fax: (61) 2031-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório - Presidente

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Edson Antônio dos Anjos - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

José Bittencourt Barreto Filho - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Luis Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Neiva Maria Ribeiro Santos - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico e Coordenador de Pesquisas

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Equipe Executora**

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável institucional pelo Projeto
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Técnica do Projeto
Patrícia Lino Costa – Supervisora Técnica de Projetos
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E PROGRAMAÇÃO	8
RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	9
1. IMPORTÂNCIA DO PROJETO DA ESCOLA PARA O DIEESE, PARA O MOVIMENTO SINDICAL E PARA OS TRABALHADORES EM GERAL	11
2. PROJETO DA ESCOLA E DE SEU PRIMEIRO BACHARELADO	12
3. GESTÃO INSTITUCIONAL	13
4. SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL	20
5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO	24
6. ANEXOS Anexo 1 – Lista de Presença Anexo 2 - Sistema e-MEC	35

APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico metodológico apresenta os registros da Formação para a Equipe Administrativa envolvida nas atividades da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, Etapa/Fase nº 11- Produto 7 - Eixo 2 do *Projeto de Apoio à Implantação da Escola e do Bacharelado de Ciências do Trabalho*, no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT Nº 077/2010 e Termos Aditivos, celebrado entre o DIEESE e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A formação da equipe do administrativo envolvida nas atividades da Escola teve como objetivo geral aproximar o corpo administrativo do projeto político-pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho, contemplando os documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional, Proposta Pedagógica do Curso e o Regimento Interno. Tratou ainda, das formas específicas de trabalho utilizadas experimentalmente na gestão da Escola, bem como o Sistema de Gestão Educacional em fase de implementação, e demais trabalhos rotineiros desempenhados pela Secretaria Acadêmica.

Para realizar esta atividade foi considerada primeiramente, a importância de superar a concepção de administração como uma prática meramente burocrática e concebê-la como uma prática educativa e de aprendizagem. Nesta perspectiva, a escola é compreendida como uma unidade social que reúne pessoas com objetivos comuns, a organização e a gestão são extensão dessa unidade e, portanto, também constituem práticas educativas, uma vez que o processo de formação e educação não ocorre apenas dentro da sala de aula, mas em todo ambiente institucional, nas formas de relacionamento e nos modos de solucionar e gerir problemas.

Com esta concepção da administração e gestão escolar como pertencente ao processo de aprendizagem, torna-se evidente o envolvimento desta área para com o projeto político-pedagógico e sua função de assegurar as condições organizacionais para viabilizá-lo.

Buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a escola está em fase de implantação de uma gestão institucional, espelhada em sua mantenedora, ou seja, os setores administrativos da Escola possuem uma interface dentro do próprio corpo administrativo do DIEESE. Com isso, foram apresentadas as concepções e as funcionalidades do Sistema de Gestão Educacional que está sendo implantado na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho para auxiliar no gerenciamento desta IES. Seu funcionamento de forma modularizada proporciona um conjunto de

ferramentas que integra e otimiza os processos dos diferentes setores da instituição.

Foram apresentados ainda, os portais do e-MEC e MEC, criados para a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação via internet e para abrir demandas referentes às informações sobre o ensino superior, respectivamente. Foi realizado um breve histórico sobre o processo de credenciamento e autorização da Escola DIEESE, bem como as visitas do MEC e o conceito final dado à IES, resultando na abertura da Escola e no início da primeira turma do Bacharelado em Ciências do Trabalho em agosto de 2012. Enfatizou-se o baseamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96, em especial o art. 44 que trata especificamente da Educação Superior, e na Portaria nº 40, publicada em 2007, sobre a utilização do sistema e-Mec, para nortear as ações desenvolvidas na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho. Sobre esse assunto, destacaram-se as atividades desempenhadas pela Secretaria Acadêmica para atender às demandas do MEC.

Por fim, foi tratado da questão da situação atual da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho no sistema e-MEC, incluindo os processos em trâmite e as próximas demandas a serem atendidas e encaminhadas ao Órgão.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Formação para a Equipe Administrativa envolvida nas atividades da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Objetivo Geral:

Apresentar e aproximar o corpo administrativo do projeto político pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- Discutir a importância da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho para o movimento sindical e para os trabalhadores em geral;
- Apresentar o Projeto de Desenvolvimento Institucional da Escola – PDI e o Projeto Político Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho – PPC;
- Apresentar elementos que orientaram a concepção da proposta de Gestão Institucional da Escola;
- Apresentar as principais questões de legislação e diretrizes pedagógicas a fim de familiarizar essa equipe com o *ambiente de ensino* proposto pela Escola DIEESE de Ciências do Trabalho;
- Apresentar aspectos do Sistema de Gestão Educacional (SAGU), desenvolvido especificamente para a Escola DIEESE;
- Iniciar as discussões sobre uma concepção de administração escolar como prática educativa e de aprendizagem.

PROGRAMAÇÃO

Temas

1. Importância do projeto da Escola para o DIEESE, para o movimento sindical e para os trabalhadores em geral
2. Projeto da Escola e de seu primeiro Bacharelado
 - 2.1 Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI
 - 2.2 Projeto Político Pedagógico – PPC
 - 2.3 Cursos de extensão para formação sindical
 - 2.4 Regimento Interno da Escola
3. Gestão Institucional
 - 3.1 A proposta de gestão institucional da Escola – concepção
 - 3.2 Integração das áreas do administrativo do DIEESE e da Escola
 - 3.3 Definições de papéis e demandas da Escola
4. Sistema de gestão educacional
 - 4.1 Concepções do sistema
 - 4.2 Operacionalidade do Sistema
5. e-MEC
6. Encaminhamentos, avaliação da atividade e encerramento

PARTICIPANTES CORPO ADMINISTRATIVO ESCOLA DIEESE

1	Carolina de Almeida
2	Celi Audi
3	Darlene Cristina Santos Batista
4	Diego Liberal
5	Edson Baptista de Siqueira
6	Josilene Januário
7	Laércio Alexandre
8	Luiz Carlos Padoin
9	Marcelo Gonçalves Le da Costa
10	Marcelo Kleber
11	Maria Neuma Brito Viana da Silva
12	Maria Nilza Macedo dos Santos
13	Mônica Aparecida Silva
14	Rafaela de Souza
15	Rosana de Freitas
16	Sirlei Márcia de Oliveira
17	Stênia Cássia Pereira
18	Suzanna Sochaczewski
19	Vânia Barreto

1. IMPORTÂNCIA DO PROJETO DA ESCOLA PARA O DIEESE, PARA O MOVIMENTO SINDICAL E PARA OS TRABALHADORES EM GERAL

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, fundado há 57 anos, como órgão unitário do movimento sindical brasileiro, realiza estudos e pesquisas, produção e difusão de conhecimento e informação sobre o trabalho em um contexto interdisciplinar, tendo como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

A educação, enquanto área de atuação do DIEESE está calcada no projeto político da classe trabalhadora, que considera a educação para adultos como possibilidade de produção e de apropriação de um conhecimento que responda aos interesses dessa classe, em um mundo no qual o vínculo entre o saber e o poder tornou-se indissolúvel. O conhecimento que nasce na atividade formativa é produzido pela e para a classe trabalhadora e visa à transformação de sua realidade concreta. Uma pesquisa realizada em 1979 com o movimento sindical revela a demanda dos dirigentes por atividades de educação que seriam realizadas sistemática e habitualmente por sua entidade técnica. É desse modo que o DIEESE inicia sua trajetória como entidade de educação, criando o que se chamou na época *Escola Sindical do DIEESE*.

Ao longo de 2006, com o objetivo de refletir sobre a viabilidade da Escola DIEESE, procurou-se conhecer experiências nacionais e internacionais de educação superior para trabalhadores, realizaram-se oficinas de trabalho com dirigentes e seu corpo técnico e promoveu-se uma consulta às suas entidades sócias para saber o que pensa o movimento sindical sobre um projeto de escola de ensino superior. As respostas dos consultados sobre a viabilidade de faculdade do Movimento Sindical mostraram, de um lado, o apoio significativo e necessário para essa construção (83,8%) e, de outro, as motivações requeridas para apoiar o projeto.

Os trabalhadores dizem, por meio da consulta, que precisam de uma escola diferente das existentes, que não separe fazer e pensar, devendo se distinguir pela concepção formativa que pratica e pelo projeto societário que busca construir (28,4%). Outra parte dos consultados declarou esperar que a escola possa suprir a dificuldade de conhecimento da realidade, da prática e do projeto político do movimento sindical (33,1%). A preparação de profissionais para o mercado de trabalho também é de interesse dos trabalhadores quando pensam uma escola de ensino superior própria (11%).

As visões da classe trabalhadora brasileira com relação ao projeto de ensino superior são diversas, mas a maioria dos respondentes acredita que a escola deve se voltar para a produção de conhecimento sobre a sociedade e o mundo do trabalho com um olhar filosófico, social, econômico e político, por meio de uma abordagem que envolva várias áreas do conhecimento. Esperam a construção de uma escola que possibilite a elaboração pelos trabalhadores de sua própria história e, ao mesmo tempo, que seja aberta a toda a sociedade.

2. PROJETO DA ESCOLA E DE SEU PRIMEIRO BACHARELADO

O *Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI* da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho apresenta em sua estrutura: o perfil institucional (missão e objetivos), princípios filosóficos e metodológicos, políticas de ensino, extensão e gestão, pesquisa social, processo de avaliação, cronograma de implantação e desenvolvimento, **gestão institucional (organização administrativa, organização e Gestão de Pessoal, política de atendimento a discentes)** infraestrutura, aspectos financeiros e orçamentários, e projeto de biblioteca.

O *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho – PPC* destaca que Ciências do Trabalho parte de um conjunto organizado de conhecimentos relativos ao objeto Trabalho, enfocando os saberes já construídos para observação dos acontecimentos do Trabalho, os estudos de teorias relativas à valorização da experiência dos sujeitos trabalhadores e a busca pela construção de um método próprio de análise. Ciências do Trabalho considera, portanto, além do saber que se origina da experiência do trabalhador, um conjunto de saberes que visam à construção de um método de pesquisa e um conhecimento socialmente acumulado. Não se trata de fazer um curso sobre, mas de fazer um curso em que a pesquisa do Trabalho é realizada por estudantes e docentes e o conhecimento produzido a partir de suas experiências e de suas indagações.

O PPC apresenta ainda: a estrutura curricular do bacharelado, o acompanhamento discente, a avaliação institucional, formativa da Escola e discente, e as ementas das disciplinas do curso.

Sobre os Cursos de extensão para formação sindical

É ofertado como Curso de extensão da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, o PCDA – *Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais* que propicia ao movimento sindical a produção de um conhecimento sobre as transformações no mundo do trabalho, do ponto de vista da classe trabalhadora.

O *Regimento Interno da Escola* é o documento próprio, considerado como guia da IES durante todo o período do curso e execução das atividades. Nele estão definidos os Órgãos Acadêmicos e suas competências, as diretrizes da atividade acadêmica e do Regime Escolar, podendo sofrer alterações em seu texto se necessário, após análise dos membros da IES.

3. GESTÃO INSTITUCIONAL

3.1- A proposta de gestão institucional da Escola – concepção

A formação do corpo administrativo da Escola tem como objetivo tratar das práticas de organização e da gestão educacional de forma a viabilizar o projeto político-pedagógico da Escola Ciências do Trabalho, considerando a especificidade de um curso experimental.

Para tanto, é necessário superar a concepção de administração como uma prática meramente burocrática e concebê-la como uma prática educativa e de aprendizagem. Nesta perspectiva, a escola é compreendida como uma unidade social que reúne pessoas com objetivos comuns e a organização e a gestão são extensão dessa unidade e, portanto, também constituem práticas educativas, uma vez que o processo de formação e educação não ocorre apenas dentro da sala de aula, mas em todo ambiente institucional, nas formas de relacionamento e nos modos de solucionar e gerir problemas. Com esta concepção da administração e gestão escolar como pertencente ao processo de aprendizagem, torna-se evidente o envolvimento desta área para com o projeto político-pedagógico e sua função de assegurar as condições organizacionais para viabilizá-lo.

Assim, as atividades previstas para esse eixo se destinam a aproximar o corpo administrativo do projeto político-pedagógico e da proposta interdisciplinar e experimental da Escola Ciências do Trabalho, desenvolver a compreensão de organização e gestão educacional como prática educativa e de aprendizagem e abordar questões de legislação e diretrizes pedagógicas a fim de familiarizar essa equipe com o ambiente de ensino.

3.2 - Integração das áreas do administrativo do DIEESE e da Escola/Definições de papéis e demandas

A Coordenação Administrativa Financeira encarrega-se pela coordenação de serviços administrativos da área de pessoal, financeira, logística e contratos. Esses serviços administrativos são realizados pela estrutura já existente da Mantenedora. Com o crescimento da Escola e conforme necessidade poderá criar uma estrutura administrativa própria.

Para cada uma das áreas - pessoal, financeira, logística e contratos - foram designados responsáveis na Mantenedora pela interlocução com a Escola, a fim de atender suas necessidades e particularidades administrativas.

Além de coordenar recursos e serviços, salientamos que cabe à Coordenação Administrativa e Financeira, também, a união de esforços para execução das políticas que atendem às diretrizes da Lei nº 10.861/04 que institui o Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior (SINAES), passando por avaliação permanente da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

À área de departamento de pessoal realiza toda a rotina de contratação, pagamento e administração de benefícios, observando as exigências legais e as convenções coletivas de trabalho firmadas entre o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), Sindicatos dos Professores de São Paulo (SINPRO/SP) e o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo (SAAESP).

Além disso, a implementação do PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários – é responsabilidade desta área. Foi elaborada uma proposta de PCCS para a Escola, contudo, é importante salientar que um plano de cargos, carreiras e salários não é um trabalho definitivo, devendo sofrer manutenção e adequações decorrentes da dinâmica do mercado de trabalho e da evolução e crescimento, previstos e desejados, da Escola de Ciências do Trabalho, principalmente neste caso, dado que o projeto foi elaborado considerando uma instituição idealizada, ou seja, que ainda não está em plena operação.

À área financeira busca a sustentabilidade financeira da Escola, por meio de uma correta aplicação de recursos de maneira responsável e coerente com os objetivos da instituição. Outro princípio fundamental dessa área é a transparência de suas finanças, uma vez que, a Escola nasce a partir de um interesse social do Movimento Sindical para o próprio trabalhador e, em última instância, para toda a sociedade.

O centro de Apoio Logístico é responsável pelo suporte de eventos, providenciando hospedagens, passagens aéreas e material necessário para cada atividade.

À área de contratos tem a função de administrar os serviços de infraestrutura em geral (limpeza, manutenção, vigilância, telefonia, lanchonete e consultorias), bem como compras de materiais, equipamentos e utensílios necessários para o funcionamento adequado da Escola.

O desafio que se coloca à Área de Coordenação Administrativa Financeira é a articulação de todas essas áreas que a compõem, assumindo a interface que existe entre elas dentro de uma concepção política de organização e função social. Isso significa que a gestão administrativa deve estar comprometida com o projeto pedagógico da instituição, sua atuação é guiada pelos valores e missão organizacional e esse comprometimento deve ocorrer em toda sua estrutura de serviços.

Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é responsável pelas informações, registro e controle acadêmico dos alunos dos cursos e a escrituração e arquivo da Escola.

Tecnologia da Informação e Comunicação

A área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) é responsável pela estrutura tecnológica necessária para uma gestão da informação e comunicação eficiente, possuindo como princípios o compartilhamento e democratização de informações e conhecimento, a utilização de software livre e a interação de todos os usuários. Assim, conforme o artigo 34 do Regimento Interno cabe à área de TI o desenvolvimento ou indicação de soluções tecnológicas que atendam às necessidades da Escola.

Coordenação Administrativa E Financeira – Detalhamento das Áreas**Coordenação**

- articula as atividades das áreas financeira e administrativa
- produz informações gerenciais para a gestão da Escola
- elabora e monitora o orçamento da Escola
- propõe, encaminha, debate e implementa políticas de pessoal
- autoriza contratações, demissões e realocações de funcionários em conjunto com o diretor geral e adjunto
- assegura a organização legal: fiscal, trabalhista, tributária e societária
- assegura o provimento de apoio logístico e infra-estrutura para atividades educacionais e culturais
- responsável pela aplicação de boas práticas de administração

Departamento de Pessoal

- contratação de professores e funcionários
- atendimento aos professores e funcionários da Escola
- implantação das políticas de pessoal
- implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários
- gerenciamento da folha de pagamento
- gerenciamento do pagamento de terceiros pessoa física
- gerenciamento de benefícios

- gerenciamento de políticas de medicina e segurança do trabalho
- preposição junto à Justiça do Trabalho
- relacionamento com fornecedores

Financeiro

- produção de demonstrativos financeiros periódicos
- fluxo de caixa para monitoramento das receitas e despesas
- elaboração do balanço patrimonial
- contratação e acompanhamento de auditoria externa das contas
- elaboração de orçamento de projetos
- controle da documentação legal exigida para realização de convênios e contratos (especialmente com órgãos públicos)
- elaboração, monitoramento e controle de contratos de prestação de serviços com terceiros – pessoa jurídica ou pessoa física
- acompanhamento de cobrança e pagamentos de mensalidades, contratos e convênios junto ao contas a receber
- cotações e/ou processos de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços no âmbito dos projetos
- relacionamento com bancos
- negociação com fornecedores
- emissão e baixa de cobrança de mensalidades e contratos
- pagamento e baixa de todas as despesas
- emissão de relatórios gerenciais de apoio à execução das atividades da Escola
- prestação de contas de todos os convênios de acordo com as regras de cada financiador, apresentando formulários e documentação comprovando a adequada utilização dos recursos e cumprimento dos procedimentos estabelecidos no contrato

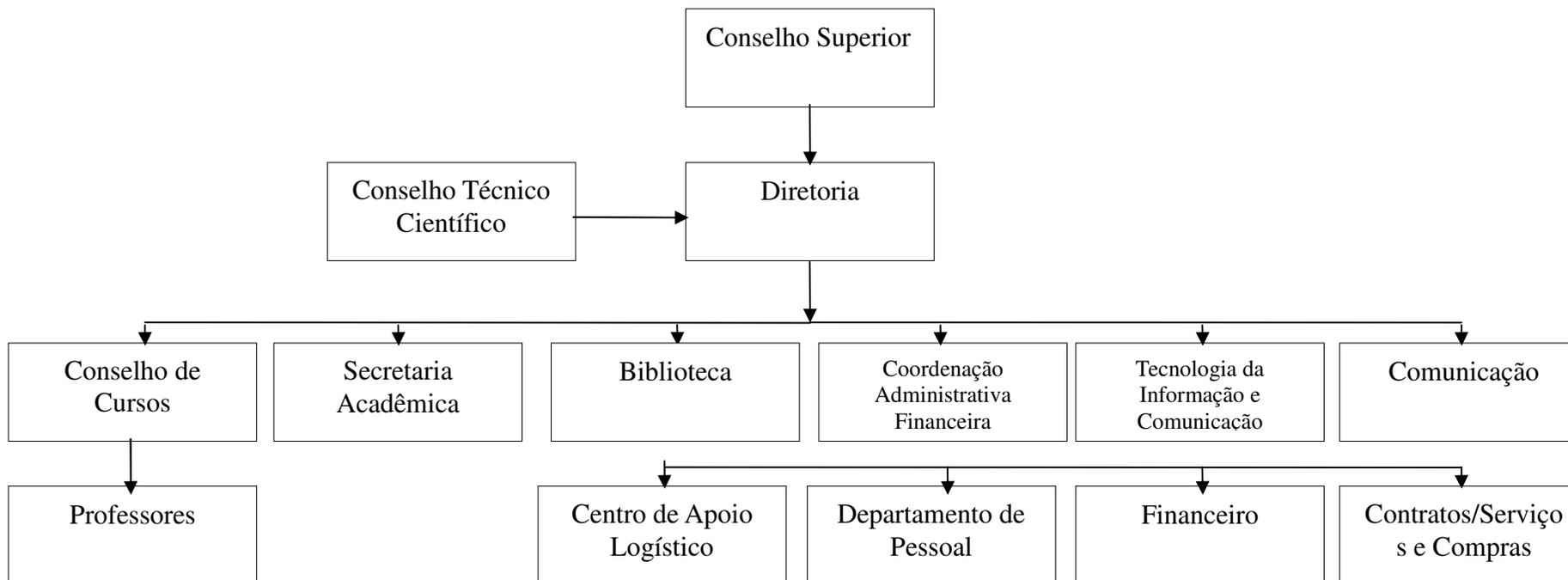
Centro de Apoio Logístico

- organização – do ponto de vista da infra-estrutura – de atividades: aula, reuniões, seminários, oficinas, cursos e outros: local, equipamentos, material, lista de presença, registro fotográfico etc
- compra e controle de passagens aéreas
- reserva e controle de hospedagens
- solicitação e controle de diárias de alimentação
- apoio à coordenação e professores, durante atividades

- reprodução e encadernação de documentos
- controle de estoque de publicações
- controle de estoque de materiais – almoxarifado

Contratos

- expedição de material via: office-boy, motoboy, correios, transportadoras e transporte aéreo
- gerenciamento de contratos de prestação de serviços e manutenção, tais como telefonia (fixo e móvel), redes de computadores, manutenção predial, vigilância etc
- cotações e compras em geral
- serviços de copa e limpeza
- zeladoria da sede da Escola

Figura 1 – Organograma da Escola de Ciências do Trabalho

4. SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL

4.1- Concepção do Sistema

A concepção de um modelo de gestão educacional para a Escola de Ciências do Trabalho está diretamente relacionada às concepções político-pedagógicas que orientam a instituição. De acordo com esta orientação, não se faz distinção entre o ambiente educacional e o administrativo, pois todas as interações na comunidade acadêmica podem ser vistas do ponto de vista formativo e são passíveis de serem avaliadas dessa perspectiva.

Ainda sob a mesma concepção, o estudante centraliza essas interações, seja através de sua participação direta, seja através das preocupações que norteiam as atividades da escola.

Assim, a concepção político-pedagógica não deve se expressar apenas nas atividades acadêmicas em sentido estrito, mas no acompanhamento cotidiano do estudante desde a entrada no prédio, passando pelas instalações e infraestrutura disponíveis para o seu atendimento e desenvolvimento, até a inclusão de canais de atuação e participação na comunidade.

Tradicionalmente, as atividades de Tecnologia da Informação estiveram associadas à provisão de meios de coleta, armazenamento, acesso e difusão de dados e informações. Mais recentemente, incorporaram também meios de comunicação associados às transformações no modo de produzir e disseminar conhecimento.

O entendimento de que essas transformações impõem novos requisitos à execução das atividades tradicionais, e de que a Escola constitui um espaço de produção de conhecimento em transformação permanente, a partir da ótica do trabalhador (de acordo com os fundamentos expressos nos documentos de referência), leva à busca de uma especificidade no planejamento das atividades de gestão, em particular de TIC, de modo que elas estejam em permanente acordo com os processos reais de que devem participar.

Em primeiro lugar, o ambiente propiciado pelas atividades acadêmicas, a partir da concepção de um sujeito que produz conhecimento sobre si mesmo e o organiza em proposta de intervenção social, não se limita ao espaço da Escola, nem ao tempo de realização do Curso.

A adequada gestão desse ambiente, pois, tem como requisito básico atuar sobre essa dinâmica da melhor forma possível, estendendo-se dos processos aos resultados, segundo diferentes olhares – dos estudantes, na seleção, recepção, formação, interação, produção, avaliação; dos docentes, de maneira análoga ou simétrica; dos trabalhadores da escola; da comunidade acadêmica e científica – e também segundo diferentes perspectivas – da disponibilidade de recursos didáticos e pedagógicos, sejam eles afeitos às atividades presenciais ou a distância; da administração de recursos materiais, tecnológicos, financeiros e de pessoal; da prestação de contas ao MEC e instituições parceiras; do compartilhamento social da produção.

É no entrecruzamento desses olhares e perspectivas que se produz uma estrutura em rede. E a gestão dessa rede não pode ser considerada estranha às concepções político-pedagógicas da Escola e do Bacharelado. Pelo contrário, essa estrutura emana dos referenciais e princípios estabelecidos para essa instituição. Portanto, a especificação das características dos instrumentos – e tecnologias – mais adequados de gestão deve ser decorrente do projeto político-pedagógico, aderindo a ele em todos os aspectos.

Em outras palavras, o projeto político-pedagógico fornece as indicações necessárias para mapear e especificar os mecanismos de gestão, e conseqüentemente o subsídio ao desenvolvimento ou à escolha de processos e software que melhor os implementem. É essa concepção, traduzida também no plano organizacional, que exige um processo de avaliação contínuo e articulado entre as unidades de gestão administrativa, pedagógica, acadêmica, de TIC, de Biblioteca, de Comunicação, com uma abordagem de gestão de serviços centrada no estudante, a partir de suas necessidades e práticas de uso - o que estamos denominando de gestão educacional.

Diretrizes de software

Coerentemente com a política de TI do DIEESE, em vigência há cerca de 10 anos, a plataforma de servidores da Escola e a de desenvolvimento de sistemas novos está baseada em software livre. Essa diretriz é fundamental para a evolução e a sustentabilidade do sistema básico, dada a flexibilidade, independência e transparência que propicia, para qualquer alteração e adaptação. É também coerente com o projeto da Escola o modo de produção e distribuição de código livre, que contém paradigmas valiosos, como o modelo de produção colaborativa e a ideia de apropriação coletiva do conhecimento.

Outro aspecto importante relativo ao software é o da arquitetura dos sistemas de informação, em que a necessidade de integração de processos, de forma a minimizar redundâncias e estabelecer padrões, exige constantes adaptações nos códigos-fonte. Assim sendo, é natural que os sistemas de informação adotados se originem também de software livre.

Com relação ao ambiente de usuários, sejam eles das áreas de apoio, sejam eles estudantes, a diretriz se mantém, embora algumas restrições relativas à área administrativa, como trocas de informação com outras organizações, tenham imposto a necessidade de adoção parcial de plataforma proprietária. Estas restrições foram analisadas de acordo com perfis de uso.

O sítio institucional será a porta de entrada para a área de acesso restrito à comunidade escolar e à rede de estudiosos do trabalho (cuja construção é constituinte do projeto), e a tecnologia disponível para essa área seguirá padrões da internet, seja no ambiente de colaboração, seja no ambiente da secretaria acadêmica, no que diz respeito à interação com os usuários.

Diretrizes de hardware e ambiente operacional

Os computadores de uso da comunidade escolar são no padrão PC e o ambiente em rede foi construído dentro de padrões de segurança da informação, respeitando-se as especificidades de diferentes perfis de uso.

As políticas de substituição e descarte de equipamentos deverão ser estabelecidas em médio prazo, respeitando requisitos de eficiência energética e outros ambientais.

Diretrizes de gestão

Como já apontado, as diretrizes de gestão de TIC devem estar alinhadas estrategicamente às diretrizes de gestão da Escola, e as especificidades da área, como já ocorre no DIEESE, devem ter como referência padrões e normas estabelecidos mundialmente, adaptando-os de acordo com as características locais.

Infraestrutura e Sistemas de Informação

O DIEESE conta com um link de conexão à internet de 8 Mbps em fibra óptica que está igualmente à disposição da Escola, e os serviços de rede e sistemas estão distribuídos, inicialmente, em 14 máquinas físicas, sendo uma de uso exclusivo da Escola.

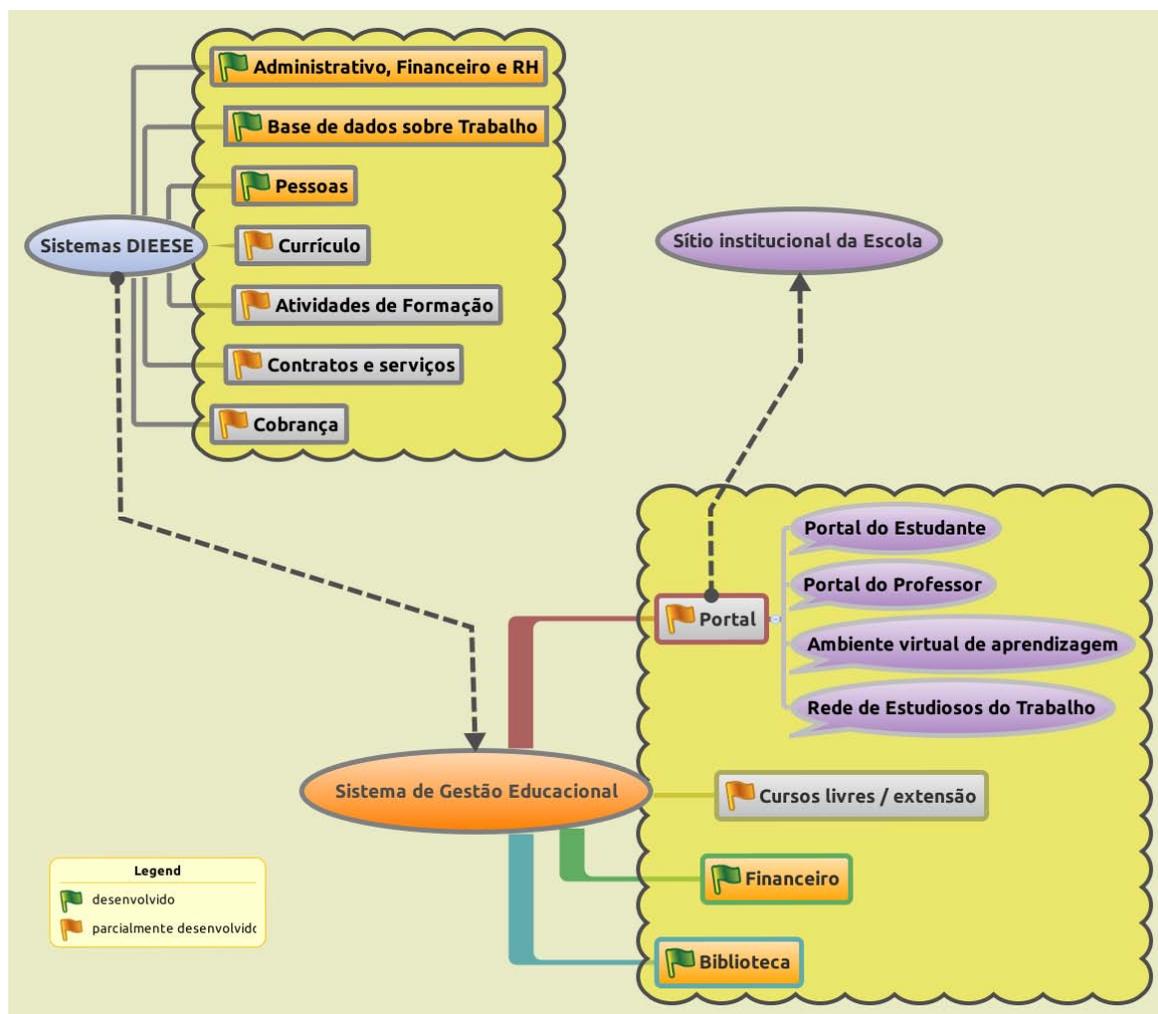
Os serviços básicos disponíveis na rede da Escola a partir da infraestrutura de serviços do DIEESE são: correio eletrônico, área de armazenamento e compartilhamento de arquivos (NFS e SAMBA), serviço web, DNS, DHCP, serviço de diretório LDAP, audioconferência, serviços de banco de dados, serviços de segurança da informação.

A rede local está acessível em todos os espaços da Escola, através de pontos cabeados ou sem-fio. Além da infraestrutura de rede, os seguintes recursos de TIC estão à disposição na rede local exclusiva da Escola:

- 3 desktops para consulta ao acervo da Biblioteca
- 2 desktops para o trabalho da secretaria acadêmica
- 2 projetores (1 fixo e outro circulante)
- 7 laptops para os professores e direção
- 3 roteadores sem fio
- 1 impressora laser + 2 multifuncionais

O diagrama abaixo ilustra um conjunto de sistemas de informação existentes ou parcialmente desenvolvidos no DIEESE que fornecem as possibilidades de integração a novos serviços do sistema de gestão educacional, à medida das necessidades. Para compreensão desse quadro é importante observar que “estudante” e “professor” são também participantes da Rede de Estudiosos do Trabalho como pesquisadores. □A constituição de uma Rede de Estudiosos do Trabalho está prevista no âmbito do projeto com o objetivo de agregar pesquisadores interessados no tema do Trabalho que possam participar em algumas atividades da Escola e contribuir para a construção do campo de conhecimento e consolidação da Escola e do curso.

4.2- Operacionalidade do Sistema



5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO

Após a realização do processo seletivo pelo SAGU - com uso do portal do estudante para inscrição, pagamento de boleto bancário e acompanhamento do processo - e adoção da solução completa como plataforma para o aperfeiçoamento contínuo de um sistema de gestão educacional, a implantação iniciou naturalmente pelos módulos básicos necessários ao funcionamento da escola a partir de agosto de 2012:

- Módulo de gestão acadêmica: cadastramento do curso, disciplinas, período letivo e matriz curricular; matrícula dos ingressantes;
- Módulo financeiro: cadastramentos necessários à emissão de boleto para pagamento de mensalidades e importação do arquivo de retorno do banco; relatórios de acompanhamento;
- Portal do estudante: acesso ao boleto de pagamento de mensalidades e acompanhamento da vida acadêmica;
- Portal do professor: digitação de notas, frequência e planos de aula; emissão de diários de classe e outros documentos de acompanhamento.

SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR - SAGU e integração aos sistemas de informação

Estabelecidos os procedimentos rotineiros, foi definido um processo de implantação em etapas envolvendo toda a comunidade, seja na discussão de prioridades, seja na capacitação para uso do sistema:

Atividades de implantação do SAGU – Escola Dieese (julho/2012)	
Fase I - Secretaria Acadêmica: módulos Acadêmico, Básico, Financeiro, Protocolo, Processo Seletivo, Cursos Livres e Portais e Integração com Sistemas Administrativos do DIEESE.	
	Descrição
	Instalar ambiente
	Discutir as funcionalidades a serem implantadas, e sua relação com as demais fases e sistemas já existentes, com pessoal indicado pelo DIEESE.
	Fazer adequações acordadas, quando necessário
	Desenvolver/customizar manuais dos processos a serem implantados
	Treinar usuários: <ul style="list-style-type: none">• pessoal de atendimento ao estudante nos módulos e processos relativos à Secretaria Acadêmica;• profissionais envolvidos nos processos de RH, Contábeis e Financeiros no que diz respeito à integração dos sistemas;• pessoal de suporte ao estudante na utilização do Portal do estudante, e dos professores na utilização do Portal do Professor;• profissionais de TIC para suporte técnico ao sistema.
	Implantar módulos e processos relacionados
	Monitorar processos e uso das funcionalidades relativas à Fase I (poderá ser à distância)
Atividades de implantação do SAGU – Escola Dieese (julho/2012)	
Fase II - Acervo Bibliográfico	
	Descrição

Atividades de implantação do SAGU – Escola Dieese (julho/2012)	
	Discutir as funcionalidades a serem implantadas, e sua relação com as demais fases e sistemas já existentes, com pessoal indicado pelo DIEESE.
	Fazer adequações acordadas, quando necessário.
	Importar base de dados existente do acervo
	Desenvolver/customizar manuais dos processos a serem implantados
	Treinar usuários: funcionários da Escola, inclusive professores e responsáveis pelo suporte ao estudante no uso do sistema.
	Implantar módulos e processos relacionados
	Monitorar processos e uso das funcionalidades relativas à Fase II (poderá ser à distância).
Fase III - Avaliação Institucional: módulos de Avaliação e Questionário	
Descrição	
	Discutir as funcionalidades a serem implantadas, bem como o questionário de avaliação desenvolvido pela instituição, e a relação de ambos com as demais fases, com pessoal indicado pelo DIEESE.
	Fazer adequações acordadas, quando necessário.
	Desenvolver/customizar manuais dos processos a serem implantados

Foram tomadas as providências para o início do processo seletivo da segunda turma do Bacharelado, e o treinamento para uso da Gnuteca (Biblioteca do SAGU), realizado em novembro de 2012.

Foi finalizada a avaliação institucional e estão sendo desenvolvidas algumas adaptações e integrações com os sistemas de informação do DIEESE. Até agora, os seguintes pontos de adaptação e integração, a serem desenvolvidos até abril de 2013, já foram identificados:

Com respeito aos assuntos financeiros:

- a) Negociação: Como ainda não tivemos a experiência de uma negociação no Dieese resolvemos esperar mais 2 meses para saber como este assunto irá transcorrer;
- b) Data de vencimento: como tratar a possível variação na forma de relacionamento com os patrocinadores;
- c) Inclusão da coluna de data de pagamento no relatório de pagamentos detalhado;
- d) Distinção da taxa de matrícula das demais mensalidades, permitindo mudança no texto explicativo do boleto;
- e) Adição de novas variáveis a serem exibidas nos boletos: informação do mês/ano de

- referência do pagamento e o tipo (taxa de matrícula, mensalidade e mês correspondente à mensalidade);
- f) Possibilidade de imprimir boletos em lote (de acordo com um dado patrocinador);
- g) Integração com a contabilidade do DIEESE: questão do registro do pagamento completo e parcial; identificação do estudante na geração de informação para a contabilidade.
- h) Pagamento digital: a funcionalidade estará presente no SAGU a partir de mar/2013;
- i) Identificação das melhores práticas de uso
- j)

Com respeito aos demais módulos:

- a) Utilização de máscara do CPF na autenticação;
- b) Tratamento correto do CEP;
- c) Possibilidade de vincular a estudante a uma entidade sindical (atualmente não é possível no SAGU): considerar o Cadastro de Pessoas do Dieese - vide item (o);
- d) Aumento do tempo da sessão;
- e) Previsão de controle do horário de trabalho do professor (dentro e fora de sala de aula) após 22h, com relatório disponível no portal;
- f) Alteração da exibição de usuário autenticado na apresentação da última modificação;
- g) Problema conceitual com os botões de finalizar e salvar. O ideal é que seja o mesmo - a propósito, será implementado o salvamento por página nas telas que contêm vários passos;
- h) Exclusão de documentos. O sistema está exibindo erro ao excluir um documento que esteja cadastrado para um estudante;
- i) Possibilidade de testar o envio de e-mail;
- j) Revisão da funcionalidade de geração do livro de matrícula;
- k) Necessidade de aprofundamento da discussão dos pontos de integração do SAGU com o cadastro de Pessoas do DIEESE: foram levantadas algumas possibilidades, como uso de webservice ou dblink; essa integração está associada à geração de informação financeira, de contratos e serviços, e também de relacionamento com estudantes e entidades sindicais, sejam elas patrocinadoras ou não;
- l) Necessidade de avaliação do modelo do módulo de cursos de extensão à luz do modelo que temos especificado para as atividades de formação, com vistas a integrar alguns conceitos e funcionalidades (se considerado viável).

Ambiente virtual de aprendizagem

Uma das coisas mais importantes para o próximo período do desenvolvimento é a definição de um ambiente virtual de aprendizagem, independentemente de seu uso estar ou não associado à educação à distância (EAD). Embora EAD não esteja na ordem do dia da Escola, sempre se entendeu esse tipo de ambiente - com o pressuposto de interatividade e trabalho colaborativo - como essencial para o desenvolvimento das atividades da Escola, de acordo com os princípios pedagógicos estabelecidos.

O SAGU não inclui nativamente em sua plataforma funcionalidades associadas a um ambiente de aprendizagem, mas fornece integração com o Moodle, *software* livre largamente utilizado no Brasil* como apoio ao aprendizado, além de permitir estruturação de cursos a distância. Seria uma escolha “natural”, mas está sujeita a avaliação em comparação a outras alternativas, especialmente quanto ao aspecto da facilidade para formação de grupos e comunidades □ o que é considerado um requisito desejável, dada a característica interdisciplinar, e profundamente baseada na formação de grupos de interesse, do curso. As alternativas em perspectiva até o momento são a plataforma .LRN e o Teleduc, ambos *software* livre, sendo o segundo desenvolvido pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) da UNICAMP (<http://www.teleduc.org.br/>) e o primeiro utilizado no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

Quanto a esse tópico, está previsto um processo de teste e avaliação das alternativas, envolvendo professores e estudantes da primeira turma. Este processo coincidirá com a disponibilização nativa de algumas ferramentas interativas pelo SAGU nos portais de estudante, professor e coordenador (incluído) que visam também a atender aos requisitos de interface para dispositivos móveis (ANEXO).

Para avaliação e seleção do ambiente virtual de aprendizagem, partiremos da seguinte lista de requisitos considerados desejáveis:

- a) Privilegiar a orientação a comunidades: desejável que seja altamente focado na criação de grupos horizontais (por designação ou por adesão voluntária, por exemplo; aplicação imediata em projetos de pesquisa);

*Segundo o sítio <http://moodle.org/stats/>, são cerca de 68.000 notificações de uso em 220 países. No Brasil há atualmente quase 5.000 instituições usuárias, entre as quais USP, PUCSP, UFRJ, UFMG.

- b) Permitir diversos tipos de papéis e interação;
- c) Permitir categorizar comunidades: toda a criação e compartilhamento de conteúdo deve seguir a lógica da comunidade;
- d) Ter um sistema abrangente e flexível de cadastramento e compartilhamento de conteúdo (referências, arquivos, mídia, serviços, eventos, enquetes, currículos, notícias, avisos, perfis) e colaboração (agenda, projeto, conferência, fórum);
- e) Permitir criação coletiva de conteúdo (ex: wiki);
- f) Permitir publicação em vários meios (redes sociais, blogs, sites, rss) e formatos;
- g) Permitir comunicação por mensagens (chat ou off-line) em nível privado ou de grupo, além de e-mail;
- h) Permitir fóruns por assunto ou por projeto;
- i) Integrado a biblioteca;
- j) Modelo: “comunidades de prática”=comunidade de interesses com prática compartilhada;
- k) Ter um mecanismo de busca abrangente (compatível com o de cadastramento);
- l) Ter mecanismos de classificação do conteúdo – tags, categorias, metadados;
- m) Ter ferramentas de gerenciamento de projetos e tarefas;
- n) Prover ferramentas úteis ao processo de avaliação e gestão (ex: estatísticas de uso do ambiente; mecanismo de feedback).

Plano de desenvolvimento institucional (PDI)

Para o período 2012-2014, as seguintes metas e ações relacionadas a TIC estão definidas no PDI da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho:

Meta	Ação	Prazo/(status)
Disponibilizar um ambiente de tecnologia da informação e comunicação para gestão pedagógica, educacional e administrativa da Escola e para atividades de ensino e pesquisa.	Desenvolvimento e implantação da primeira versão do ambiente de TIC da Escola	julho de 2012 (concluída)
	Criar e manter um ambiente em rede, de acordo com recursos institucionais existentes, para comunicação entre egressos, estudantes e docentes.	final de 2014 (em desenvolvimento)
Instituir um processo permanente de avaliação do uso de TIC, aderente aos objetivos da Escola.	Realizar a primeira avaliação do uso das tecnologias de informação e comunicação nos processos de gestão pedagógica e educacional.	meados de 2013 (em desenvolvimento)

Olá, Nome do Aluno Aluno em Lajeado		
 Avaliação Instituc...	 Disciplinas	 Mensagens (5)
 Agenda	 Mural (3)	 Documentos
 Financeiro	 Perfil	 Preferências
		

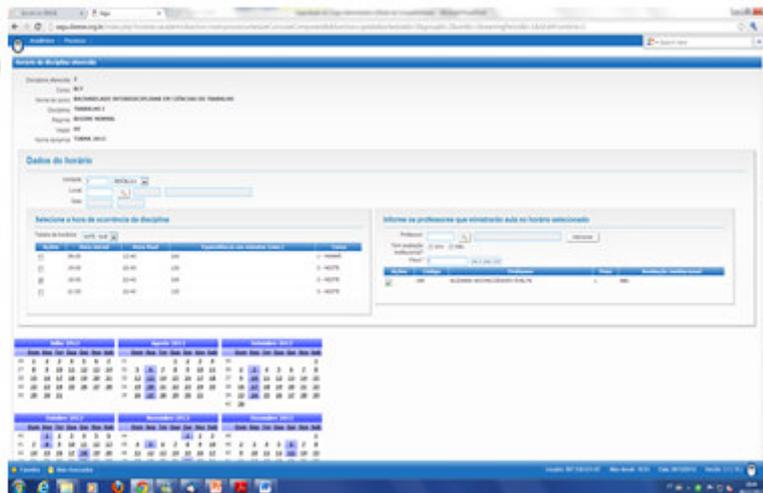


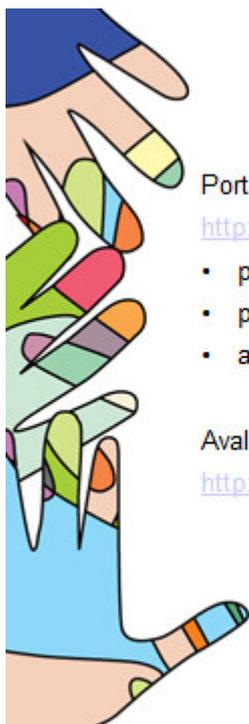


Sistema de Gestão Educacional



Gestão Acadêmica





Sistema de Gestão Educacional

Portal escola

<http://portalescola.dieese.org.br/>

- portal do aluno;
- portal do professor;
- acesso para inscrição no processo seletivo.

Avaliação Institucional

<http://avaliacao.dieese.org.br/>

ESCOLA DieESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



Módulo financeiro

1. Criação de políticas de cobrança;
2. Definição de preços do semestre;
3. Gerenciamento das taxas de inscrições vestibular:
 - Consulta de taxa de aluno;
 - Pagamento da taxa;
 - Importação do arquivo de retorno do banco.
4. Gerenciamento das taxas de protocolo:
 - Consulta de taxa de aluno;
 - Pagamento da taxa.
5. Relatórios:
 - Inscrições pagas;
 - Inscrições não pagas;
 - Totais de inscrições pagas e não pagas por curso;
 - Relatório de movimentações de caixa;
 - Relatório de movimentações de banco;
 - Relatório de inadimplentes.

ESCOLA DieESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

ANEXOS

Anexo 1
Lista de Presença



DIEESE

PROJETO DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA E DO BACHARELADO DE CIÊNCIAS DO TRABALHO
Oficina de Formação para a Equipe Administrativa envolvida nas Atividades da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho
Local: São Paulo – SP

Lista de Presença

Período: 06 e 07/12/2012

	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
1	Carolina de Almeida	346.489.218-28	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
2	Celi Audi	085.068.378-55	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
3	Darlene Cristina Santos Batista	333.674.228-5	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
4	Diego Liberal	360.442.988-43	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
5	Edson Baptista de Siqueira	247.893.008-03	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
6	Josilene Januário	363.770.298-37	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
7	Laércio Alexandre	061.077.718-16	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
8	Luiz Carlos Padoin	751.903.138-00	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
9	Marcelo Gonçalves Le da Costa	382.297.678-40	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
10	Marcelo Kleber			
11	Maria Neuma Brito Viana da Silva	083.332.438-19	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
12	Maria Nilza Macedo dos Santos	11.944.028-75	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
13	Mônica Aparecida Silva	072.686.538-35	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
14	Rafaela de Souza	203.135.348-35	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 077/2010 - SICONV nº 755158/2010 - DIEESE - Etapa / Fase nº 11

1



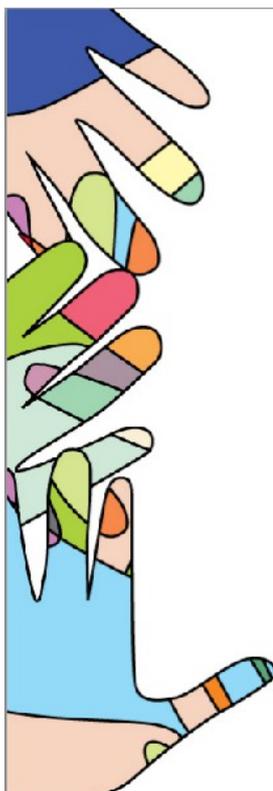
	NOME	CPF	ENTIDADE	ASSINATURA
15	Rosana de Freitas	060.865.668-28	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
16	Sirlei Márcia de Oliveira	022.116.458-75	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
17	Sténia Cássia Pereira	997.538.631-87	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
18	Suzanna Sochaczewski	275.927.538-49	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
19	Vânia Barreto	024.905.989-45	DIEESE	<i>[Handwritten Signature]</i>
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 077/2010 - SICONV nº 755158/2010 - DIEESE - Etapa / Fase nº 11

2

Anexo 2
Sistema e-MEC



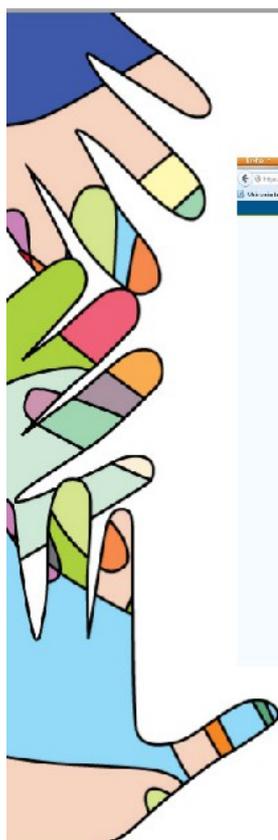


O que é o e-MEC?

E-MEC é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino Superior - IES, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos), regulamentados pelo Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006.

Atualmente a Escola DIEESE baseia-se na Portaria 40, publicada em 2007, para utilizar o sistema e-MEC

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



The screenshot displays the e-MEC website interface. At the top, there is a navigation bar with the e-MEC logo and the text 'ESCOLA DE CIÊNCIAS DO TRABALHO | Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão'. Below this, there is a search bar and a list of menu items: 'INFORM', 'CALIBRAGEM', 'INSTITUIÇÕES', 'CONDOMÍNIOS HOSPEDAJEM', 'REGISTRO', 'TAXA', 'ABR'. The main content area shows the profile of 'Escola de Psicologia da UNESP'. It includes the following information:

ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNESP	CNPJ: 07.040.888/0001-91
UNESP - RUA DO ROSÁRIO, 91 - JARDIM BOM JARDIM - SÃO CARLOS - SP - CEP: 13506-900	INSCRIÇÃO ESTADUAL: 070.000.000-000
CELEBRADO EM: 07/07/2007	RECONHECIDO EM: 07/07/2007
RENOVADO EM: 07/07/2010	RECONHECIDO EM: 07/07/2010
RENOVADO EM: 07/07/2013	RECONHECIDO EM: 07/07/2013
RENOVADO EM: 07/07/2016	RECONHECIDO EM: 07/07/2016
RENOVADO EM: 07/07/2019	RECONHECIDO EM: 07/07/2019

At the bottom of the page, there is a small footer with the text: 'Dados: 19/07/2019 - 10:22:02 AM - Página 1 de 1 - 100% de sucesso em 0,00 segundos. Última atualização: 19/07/2019 - 10:22:02 AM'.

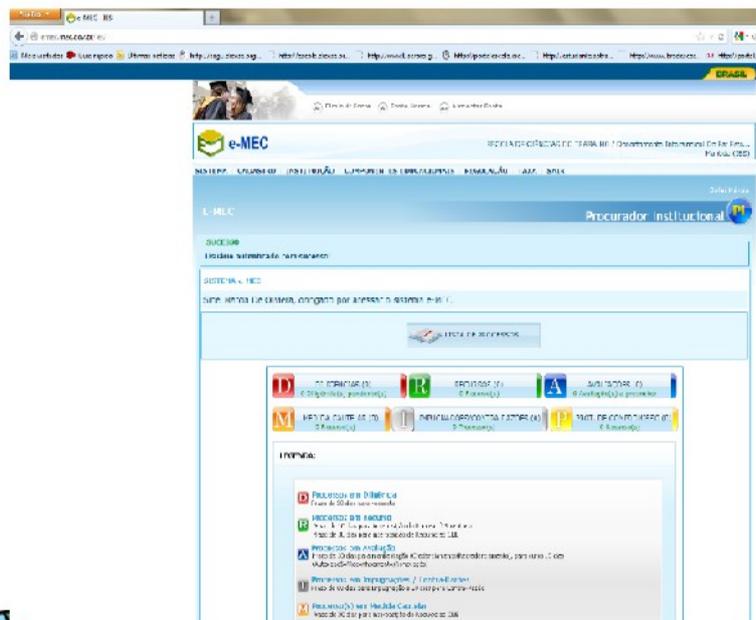
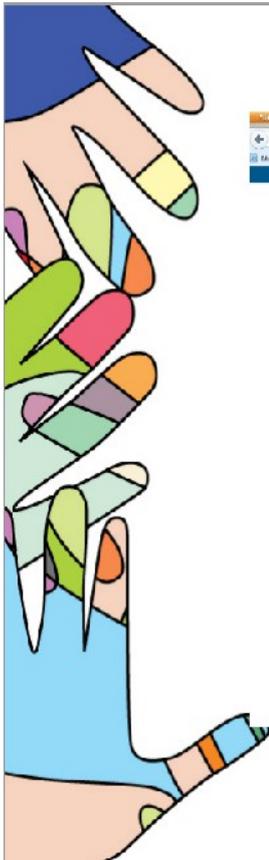
ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



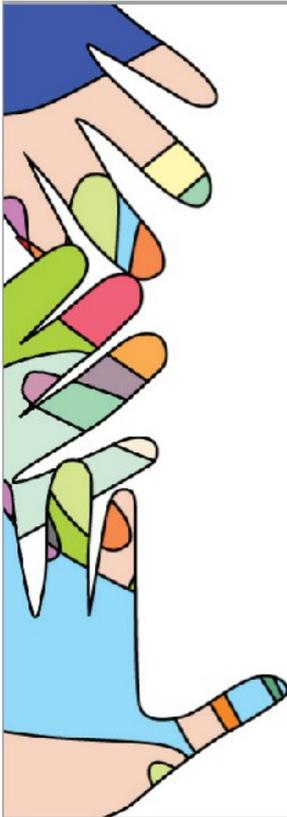
Ao acessar pela 1ª vez, a IES deverá preencher um formulário com as informações da mantenedora, e informações pessoais do **Representante Legal** desta mantenedora.

Também deverá ser cadastrado o nome do **Pesquisador Institucional (PI)**, que será o interlocutor entre o MEC e a IES, responsável pelas informações inseridas e pelo acompanhamento dos processos no sistema e-MEC.

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



No e-MEC encontramos também o papel do Auxiliar Institucional (AI):

Acompanha o processo no sistema e pode fazer algumas alterações e inclusões, desde que autorizado pelo Pesquisador Institucional.

ESCOLA DIIESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



e-MEC Tabela de pesquisa por processos
(13845) ESCOLA DE CIÊNCIAS DO TRABALHO
Maira Nizra Macena Dos Santos (111.944.028-95) Auxiliar Institucional

Atividade: Localidade da cidade Situação: Local de situação: M e- MEC: Nome do curso: Pesquisa

NR e- MEC	Ato	Situação	Curso	CADASTRO DO
20015000	Autorização	Concluído	Curso: BACHARLADO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO Grau: Doutorado Qtd. de Auxiliares Institucionais: 1	28/12/2000 12:00:51
200815187	Credenciamento	Concluído	Qtd. de Auxiliares Institucionais: 1	11/12/2008 13:22:48

OPÇÕES

- Informações Detalhadas do Processo
- Localizar endereço
- Processar Análise
- Detalhes do Processo
- Criar DIF/Atividade
- Subir Arquivos
- Reservar Processo
- Calcular Mensagens
- Atualizar o Processo

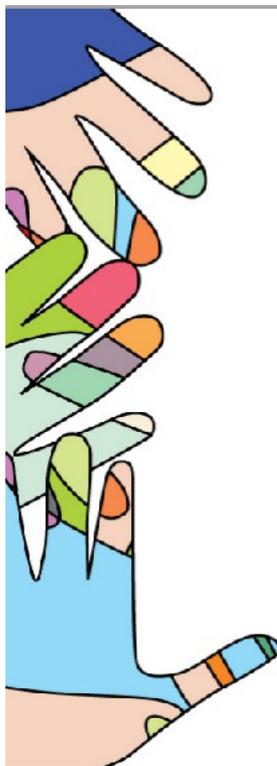
Contatos: Regulação - (61) 2022-0220, Segunda a Sexta-Feira das 08:00 às 20:00 (Horário de Brasília); Taxas e Avaliações do INEP - 0600-610121, Segunda a Sexta-Feira das 07:30 às 18:00 (Horário de Brasília); Instituição de Educação - 0111

ESCOLA DIIESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



Comissão de Avaliação de Credenciamento – primeira visita da comissão de avaliação para avaliar o processo de credenciamento da Escola DIEESE

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



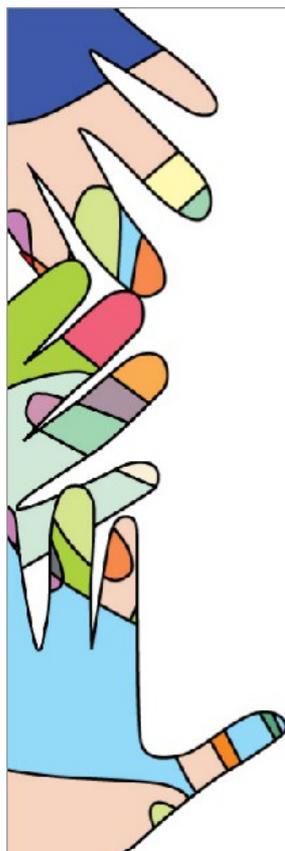
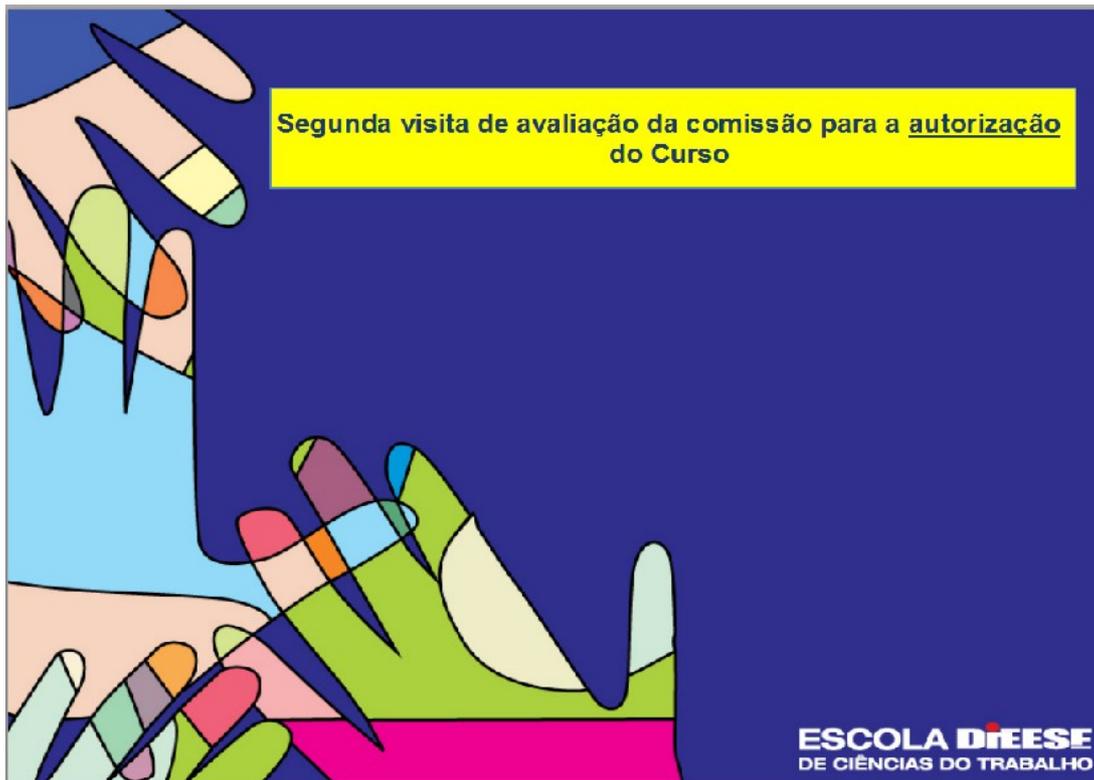
Período: 05 a 08 de maio de 2010

• **Itens avaliados:**

- **Dimensão 1 - Organização institucional** (missão, PDI, avaliação institucional, etc)
- **Dimensão 2 - Corpo social** (capacitação e acompanhamento discente, plano de carreira, corpo técnico-administrativo, etc)
- **Dimensão 3 - Instalações físicas**

Conceito final: 3

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



Período: 03 a 06 de abril de 2011

• **Itens avaliados:**

- **Dimensão 1: Organização didático-pedagógica** (Projeto Político do Curso (PPC), Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimento, outros)
- **Dimensão 2: Corpo Docente**
- **Dimensão 3: Instalações Físicas**

Conceito final: 4

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



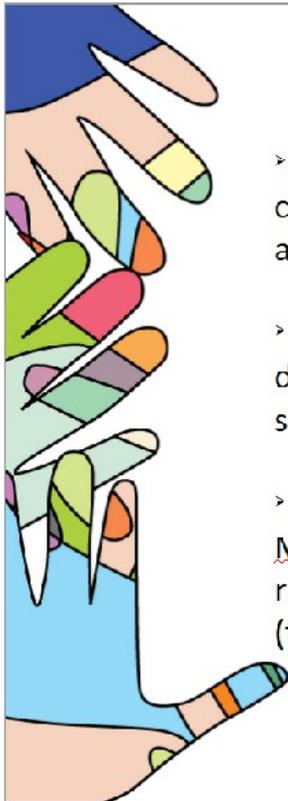
e-
MEC: 200815187 Parecer: CNE/CES 387/2011 Relator: Antônio Carlos Caruso Ronca Interessado: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Escola de Ciências do Trabalho (ECT) no Município de São Paulo, Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Escola de Ciências do Trabalho, a ser instalada à Rua Aurora, nº 957, Bairro Santa Efigênia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho, com 40 (quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



Legislação que Rege e Orienta as IES: Lei de Diretrizes e Bases - LDB

ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



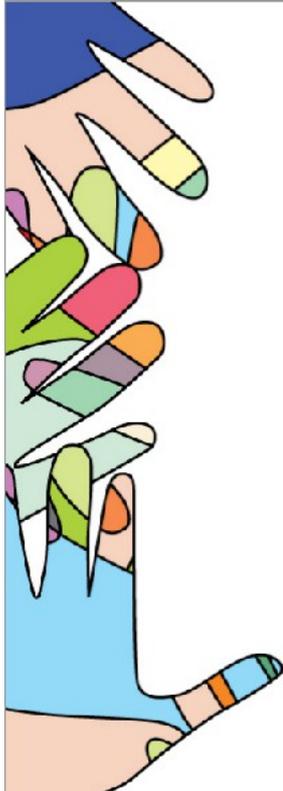
➤ A Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961 e constantemente é atualizada. Hoje a escola utiliza a lei promulgada em 1996 (Lei 9394/96).

➤ É a lei orgânica e geral da educação brasileira. Ela dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional.

➤ Trata dos trâmites dos processos regulatórios: e-MEC, credenciamento, autorização, reconhecimento, alterações de menor relevância (turno, endereço) etc



Artigo 44 da LDB



O art. 44 da LDB relaciona, em seus quatro incisos, os tipos de curso que podem ser considerados como curso de educação superior, bem como suas principais características.

No parágrafo único desse art. 44, trata da clareza de todo o processo seletivo, bem como de sua publicidade de todos os resultados para a sociedade de modo geral (tanto nas IES privadas, como nas públicas)

É obrigatória a publicação dos resultados da seleção (cronograma, lista de aprovados, lista de chamadas etc)

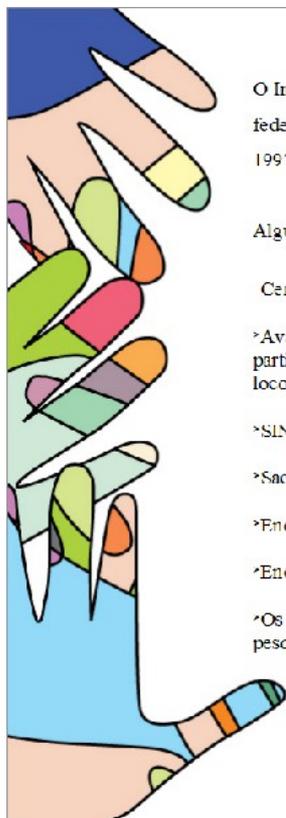
ESCOLA DiESESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO



PORTAL MEC

ESCOLA DiESESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

The screenshot shows the INEP website interface. At the top, there's a navigation bar with the INEP logo and various menu items like 'Acesso à Informação', 'Educação Básica', 'Educação Superior', etc. The main banner highlights the 'Prova Brasil / SAEB Resultados 2011'. Below this, there are three columns of news articles. The first column discusses 'Enade Avaliação de cursos aponta melhora nos indicadores da educação superior'. The second column mentions 'Enem Privados de liberdade fazem a prova nesta terça e na quarta'. The third column is titled 'Últimas Notícias' and lists several recent events. At the bottom, there are sections for 'Concurso' and 'Publicações'.



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP é uma autarquia federal, ou seja, é uma “pessoa jurídica” criada pela lei específica (Lei nº. 9.448, de 14 de março de 1997), que realiza estudo, pesquisa e avaliações sobre o Sistema Educacional.

Alguns dos procedimentos pelos quais o INEP obtém seus dados estatísticos e avaliativos são:

Censo escolar e superior

• Avaliação dos Cursos de Graduação (reconhecimento ou renovação) e Avaliação Institucional (a partir de informações cedidas pela própria instituição, por meio eletrônico e/ou por avaliação in loco).

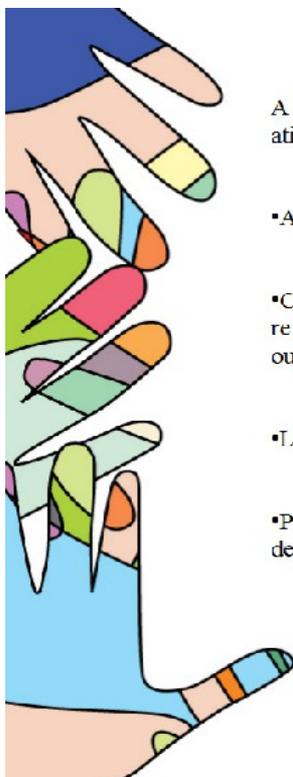
• SINAES – Sistema de Avaliação da Educação Superior

• Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

• Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

• Enceja – Exame Nacional para certificação de competências (para jovens e adultos)

• Os dados das pesquisas, estudos e avaliações realizadas pelo INEP são utilizados por pesquisadores, gestores, e outros, além de revelar as necessidades da área educacional.



A Secretaria Acadêmica desempenha diariamente as seguintes atividades, em relação ao e-MEC, MEC e INEP:

- Acompanhamento das atualizações das LDB's
- Contato com MEC para alterações e inserções de documentos referente à mudança de nome e endereço da IES, turno do curso e outras informações
- Leitura dos e-mails disponíveis dentro do sistema e-MEC
- Pesquisa referente ao processo seletivo com agendamento, cobrança de mensalidades, multas e atrasos, etc